

O que é argumentar?¹

Marion Carel*

Resumo

Neste trabalho, Marion Carel apresenta uma noção de argumentação puramente discursiva. Ao analisar o discurso consecutivo, permite ver que os segmentos que o constituem fazem sentido somente se ligados um ao outro. Qualifica, então, de encadeamento argumentativo qualquer seqüência de dois segmentos que sejam, entre si, dependentes. Mostra, a seguir, que os discursos concessivos são, também, argumentativos. Distingue, desse modo, o caráter normativo (marcado por *portanto* ou *se então*) e o transgressivo (assinalado por *mesmo assim* ou *apesar de*) da argumentação. Aplicando essas noções à descrição de um emprego de *mas*, a autora explica que a alternativa de normativo e transgressivo é um fenômeno lingüístico profundo, que não se realiza unicamente na oposição dos morfemas específicos *portanto* e *mesmo assim*.

Palavras-chave: Argumentação discursiva, encadeamento argumentativo normativo e transgressivo.

Apresento aqui uma noção de argumentação puramente discursiva. Não entendo por isso que esteja tomando posição num debate referente à natureza da argumentação. Um debate desse tipo supõe que se tenha anteriormente entrado em acordo sobre o que é e o que não é argumentação; supõe que a própria noção de argumentação já esteja definida. Eu me proponho, ao contrário, definir uma noção de argumentação. Em seguida, procuro mostrar que ela permite pôr em evidência e tratar de fenômenos variados.

Definição de argumentação

Introduzo a noção de argumentação que me interessa com um exemplo, o do discurso (N):

* École des Hautes Études en Sciences Sociales.

¹ “Qu’est-ce qu’argumenter?”, *Revista de Retórica y Teoría de la Comunicación*, v. 1, n. 1, p. 75-80. Enero 2001. Traduzido por Telisa F. Graeff. Revisado por Florence Carboni.

(N) *É perto, portanto Pedro pegou a bicicleta.* (C'est près donc Pierre a pris la bicyclette.)

Já foi frisado muitas vezes que seu locutor rejeitaria encadeamentos como:

(N1) *É perto, portanto Pedro utilizou um objeto de metal.*

(C'est près donc Pierre a utilisé un objet en fer.)

(N2) *É perto, portanto Pedro montou num objeto azul.*

(C'est près donc Pierre s'est assis sur un objet bleu.)

e isso mesmo que a bicicleta em questão seja um objeto azul e de ferro. Não quero dizer com isso que (N1) e (N2), de maneira geral, sejam impossíveis. Quero unicamente dizer que o locutor de (N), com a enunciação de (N), não se comprometeu também a sustentar (N1) e (N2).

Compreende-se. Admitamos que a conclusão do discurso de origem (N), *Pedro pegou a bicicleta*, descreva um fato. Esse fato é constituído por diversos traços objetivos, dentre eles, os dois traços *Pedro montou num objeto azul* e *Pedro utilizou um objeto de metal*. A rejeição de (N1) e (N2) mostra que o locutor de (N) não conclui a partir desses traços objetivos, os quais são simplesmente constatados. Isso se explica bem. A questão é de percorrer uma distância. É, portanto, somente constatação tudo o que, embora relativo à bicicleta, não é, entretanto, relativo à questão de percurso.

Mas consideremos, agora, (N3):

(N3) *É perto, portanto Pedro pegou um meio de locomoção.*

(C'est près donc Pierre a pris un moyen de locomotion.)

Deve-se, no meu ponto de vista, ressaltar que o locutor de (N) rejeitaria também (N3). Poderiam, imediatamente, objetar que não há nada nisso de tão notável: a expressão “meio de locomoção” está em desuso, de onde a bizarria sentida. Contudo, uma explicação como essa não satisfaz. De fato, consideremos o discurso (M):

(M) *É longe, portanto Pedro pegou a bicicleta.*

(C'est loin donc Pierre a pris la bicyclette.)

Seu locutor aceitaria a transformação (M3), apesar de seu eventual desuso:

(M3) *É longe, portanto Pedro pegou um meio de locomoção.*

(C'est loin donc Pierre a pris un moyen de locomotion.)

Há, portanto, qualquer coisa de especial que ocorre com (N). E, mais surpreendente do que no caso das transformações precedentes, que conduziram a (N1) e a (N2), já que, dessa vez, com (N3), não se sai do tema distância a percorrer. Nós tínhamos visto que o locutor de (N) não conclui com relação a nenhum traço objetivo do fato descrito por *Pedro pegou a bicicleta*. Parece, agora, que o locutor de (N) não conclui relativamente a nenhum traço objetivo desse fato. Ele constataria todos eles.

Mas o que mostra, então, o *donc* de (N)? Sobre o que conclui seu locutor? Eu direi que ele conclui sobre o que há de **subjeto** no enunciado *Pedro pegou a bicicleta*. O que (N) explica é por que Pedro se contentou com um meio

de locomoção **fraco**. O encadeamento que o locutor de (N) aceitaria é (N4):

(N4) *É perto portanto Pedro se contentou em pegar um meio de locomoção fraco.*
(C'est près donc Pierre s'est contenté de prendre un **faible** moyen de locomotion.)

Mas eu gostaria de ir mais além dessa observação sobre a característica subjetiva do que conclui (N), já que, ao comunicar que Pedro pegou um meio de locomoção fraco, seu locutor não apenas exprime um ponto de vista por natureza discutível. Ele liga, de maneira quase tautológica, sua conclusão a seu argumento. Por que o que é um meio de locomoção *fraco*? Eu não pergunto quais são as coisas a propósito das quais se pode dizer: *este é um* meio de locomoção fraco: isso nos conduziria à idéia de que o que conclui (N) é subjetivo. O que pergunto é, verdadeiramente, o que significa um meio de locomoção fraco? Qual é não a denotação, mas o sentido dessa expressão? Eu responderei que um fraco meio de locomoção é aquele que é suficiente para ir perto. Não vejo outra resposta possível e a argumentação (N) se resume a:

*devendo percorrer uma pequena distância, Pedro se comportou **normalmente**.*

O discurso (N) diz talvez outras coisas, mas o que exprime o *donc* de (N), o que há de consecutivo em (N), é unicamente aquilo. O que conclui o segundo segmento de (N) é inseparável de uma apreciação da distância a percorrer.

Mas é igualmente impossível isolar em (N) um argumento relativo somente à distância a percorrer. Por que o que é uma pequena distância, o que significa a expressão *é perto*? Consideremos:

É perto: passemos as férias em outro lugar.
(C'est près: passons les vacances ailleurs.)

Em termos de quilômetros, a distância em questão não está totalmente fixada. O que é, sobretudo, dito por esse novo *é perto*, e isso, levando-se em conta a conclusão, é que o lugar em questão assemelha-se ao lugar do qual ele está próximo. Há uma influência da conclusão sobre a interpretação desse *é perto*, e o mesmo ocorre com (N). De maneira geral, uma “pequena distância” não é verdadeiramente uma distância e (N), considerada a sua conclusão, especifica isso ao precisar que a distância é fácil de percorrer. Isso é o que argumenta (N) (e não uma apreciação, eventualmente vaga, de quilometragem), e, mais amplamente, a argumentação que (N) contém, se resume também a:

A distância é tal que é normal que Pedro se tenha contentado com um fraco meio de locomoção para percorrê-la.

Assim, não há em (N), de um lado, a apreciação da distância; de outro, a apreciação do modo de deslocamento. Os dois segmentos de (N) são “dependentes”. Não que um ajude a especificar ou a desambigüizar o outro. Eu farei, sobretudo, o paralelo seguinte. Admite-se, geralmente, que é apenas ligados um ao outro que um nome pró-

prio e um verbo formam um discurso com valor de verdade. Da mesma forma, ao meu ver, é somente ligados um ao outro que os dois segmentos de (N) fazem sentido. Eu qualifico de encadeamento **argumentativo** qualquer seqüência de dois segmentos que são, de certo modo, *dependentes*.

Argumentação normativa e argumentação transgressiva

A segunda coisa que é, então, para mim importante, é que, sob essa definição de argumentação, os discursos consecutivos, como (N), não são os únicos discursos argumentativos. Alguns discursos opositivos são também argumentativos. É, por exemplo, o caso de (T):

(T) *É perto, mesmo assim Pedro não pegou a bicicleta.*

(C'est près pourtant Pierre n'a pas pris la bicyclette.)

Imaginemos, de fato, que Pedro tenha ido de carro comprar pão. (T) é comparável a (T4):

(T4) *É perto, mesmo assim Pedro não se contentou em pegar um meio de locomoção fraco.*

(C'est près pourtant Pierre ne s'est pas contenté de prendre un faible moyen de locomotion.)

Dito de outro modo, paralelamente ao que se observava para (N), (T) opõe a *é perto* qualquer coisa de subjetivo e, além disso, essa oposição é quase analítica: não se contentar com um

meio de locomoção fraco é nada mais do que se comportar de modo contrário ao fato de ter de ir perto. (T), enquanto discurso opositivo, se resume a:

devendo percorrer uma pequena distância, Pedro se comportou anormalmente e a: a distância é tal que é anormal que Pedro não se tenha contentado de pegar um meio de locomoção fraco para percorrê-la.

Como os dois segmentos de (N), os dois segmentos de (T) são dependentes. (T) é argumentativo da mesma forma que (N). Não que (T) contenha, de alguma forma, a argumentação (N). O estatuto de (T) é para mim estritamente paralelo ao de (N). Um e outro são dois aspectos de um mesmo modo de ver a distância, de uma mesma regra: aquela segundo a qual a pequenez de uma distância facilita o deslocamento. Essa regra não significa que, em face de uma pequena distância, é necessário pegar uma bicicleta. É o discurso (N) que significa isso. É ele que interpreta a regra como um ditado. La Rochefoucauld escrevia:

Os anciãos gostam de dar bons preceitos, para se consolar de não estar mais em idade de dar maus exemplos.

(les vieillards aiment à donner de bons préceptes, pour se consoler de ne être e état de donner de mauvais exemples)

O locutor de (N) é como esses anciãos: eu direi que (N) é **normativo**. O locutor de (T) assemelha-se, por outro lado, a esses anciãos em sua juventude: ele desobedece. O que é, note-se, uma outra maneira de reconhecer a regra. Direi que (T) é **transgressivo**.

Uma observação. São as palavras *donc* ou *si* (*portanto* ou *se então*) que marcam o caráter normativo de uma argumentação, as palavras *pourtant* ou *même si* (*mesmo assim* ou *apesar de*) assinalam, de seu lado, uma argumentação transgressiva. Em particular, segundo minha terminologia, o encadeamento *Pedro é rico, portanto é infeliz* (Pierre est riche donc il est malheureux) é normativo. Por certo, é contrário às crenças sociais. Mas isso não faz dele o que eu chamo de “encadeamento transgressivo”; é, ao contrário, normativo, porque, tanto quanto *Pedro é rico, portanto é feliz* (Pierre est riche donc il est heureux), vê a regra (a riqueza traz infelicidade) como uma prescrição. O encadeamento *Pedro é rico, portanto é infeliz* deve, então, ser bem diferenciado de *Pedro é rico, mesmo assim é infeliz*: o primeiro contradiz a regra segundo a qual a riqueza traz felicidade; o segundo contenta-se em desobedecê-la.

Aplicação à descrição de um emprego de “mas”

Essa alternativa de normativo e de transgressivo é, para mim, um fenômeno lingüístico profundo, que não se realiza unicamente na oposição dos morfemas específicos *donc* e *pourtant*. É isso que, para concluir, eu me proponho ilustrar com um exemplo.

Um candidato pode anunciar na noite de sua eleição a uma prefeitura:

Eu defenderei os interesses dos que votaram em mim, mas também dos que votaram contra mim.

(Je défendrai les intérêts de ceux qui ont voté pour moi mais aussi de ceux qui ont voté contre moi.)

A permuta, em compensação, não é possível. Compreenderíamos mal, salvo expressão irônica:

Eu defenderei os interesses dos que votaram contra mim, mas também dos que votaram em mim.

(Je défendrai les intérêts de ceux qui ont voté contre moi mais aussi de ceux qui ont voté pour moi.)

Distinguir-se-á bem esse fenômeno da lei mais geral, percebida por Anscombre e Ducrot,¹ da oposição argumentativa de A mas B e B mas A. De fato, em resposta a uma proposta de passeio, o discurso *O tempo está bom, mas estou cansada* (Il fait beau mais je suis fatigué) argumenta (normativamente) para uma recusa, enquanto a permuta *Estou cansada, mas o tempo está bom* (Je suis fatigué mais il fait beau) argumenta (normativamente) para uma aceitação. A permutação dos segmentos articulados é, então, acompanhada aqui, novamente, de forte mudança de sentido. Entretanto, notar-se-á que nenhuma das duas respostas à proposição de passeio é irônica (ou paradoxal). Ambas evocam os mesmos princípios (a fadiga torna a caminhada desagradável e o bom tempo torna a caminhada agradável) e se distinguem somente pela importância atribuída a cada um deles: o locutor de *O tempo está bom, mas estou fatigada* afirma que os desprazeres da fadiga são mais importantes que o prazer do tempo bom; o locutor da permutação *Estou cansada, mas o tempo está bom*

afirma, ao contrário, que o prazer do bom tempo é o mais importante. (É precisamente essa função comparativa de *mais* que, segundo Ducrot e Vogt,² explica o fato de *mais* em francês ou *mas* em português serem provenientes do latim *magis* (*plus*). Pelo contrário, não é, de modo nenhum, sobre uma divergência relativa à importância atribuída aos princípios evocados que se funda a divergência entre o propósito do prefeito e sua permutação. Dessa vez, são os próprios princípios que são diferentes. Como, a não ser assim, explicar que o propósito do prefeito é banal e sua permutação é paradoxal? Mas quais são os princípios evocados e, sobretudo, por que o propósito do prefeito e o discurso permutado não evocam os mesmos princípios? A resposta me parece ser a seguinte.

Já foi constatado, Santo Agostinho³ por exemplo, que é possível dizer *Este homem virtuoso me será caro* (Cet homme vertueux me sera cher), sem conhecer o homem em questão, mas fundamentando-se apenas em sua virtude. Esse enunciado seria, então, parafraseável por *Este homem é virtuoso, portanto ele me será caro* (Cet homme est vertueux donc il me sera cher): ele conteria um discurso complexo. Do mesmo modo, um *Roitelet* (um *pica-pau*) para vós é um pesado fardo, dirigido pelo *Chêne* (carvalho) triunfante ao *Roseau* (junco) insignificante,⁴ contém: *É um pica-pau, mesmo assim ele vos pesa* (C'est un roitelet pourtant il vous pèse). Simplesmente, no exemplo de Agostinho, o discurso interior era normativo; no trecho de La Fontaine, é transgressivo.

Aplicando isso ao estudo de *X mas também Y* (*X mais aussi Y*), direi que *X mas também Y* assinala que os segmentos *X* e *Y* contêm discursos complexos. Mais precisamente, *mas também* (mais aussi) assinalaria que *X*, à esquerda, contém um discurso normativo e que *Y*, à direita, contém um discurso transgressivo. O propósito do prefeito:

Eu defenderei os interesses dos que votaram em mim, mas também dos que votaram contra mim,

evocaria assim:

- à esquerda, o discurso normativo *Eles votaram em mim, portanto eu os defenderei.* (Ils ont voté pour moi donc je les défendrai);
- à direita, o discurso transgressivo *Eles votaram contra mim, mesmo assim eu os defenderei.* (Ils ont voté contre moi pourtant je les défendrai).

Compreende-se, então, por que a construção inversa é estranha. Dessa vez, tendo trocado de lado, o enunciado *eu defenderei os que votaram em mim* deve ser interpretado por um **pourtant** e significaria:

- *Eles votaram em mim, mesmo assim eu os defenderei* (Ils ont voté pour moi pourtant je les défendrai).

Paralelamente, *Eu defenderei os que votaram contra mim* seria interpretado por um *donc* e significaria:

- *Eles votaram contra mim, portanto eu os defenderei.* (Ils ont voté contre moi donc je les défendrai).

Ora, esses dois encadeamentos são difíceis de entender e, por isso, é igual-

mente difícil compreender o discurso em *mas também* (mais aussi), inverso àquele do prefeito que os evoca.

Poderiam objetar a existência de uma descrição mais tradicional desse emprego de *A mas B*, a qual evita fazer intervir, como eu propus, os diversos discursos transgressivos em *pourtant*. Trata-se de dizer que o primeiro segmento *A* subentende a negação de *B* e que *mas B* tem a função de eliminar esse subentendido. Assim, no célebre *Ele é republicano, mas honesto* (Il est républicain mais honnête), enunciado por um intelectual americano dos anos 60, o enunciado *Ele é republicano* subentenderia *Ele não é honesto* e, pelo acréscimo de *mas honesto*, o locutor apagaria esse subentendido. Do mesmo modo, o primeiro enunciado do prefeito, *Eu defenderei os interesses dos que votaram em mim*, semelhante ao condicional *se X votou em mim, eu defenderei os interesses de X*, subentenderia sua condicional recíproca *se X não votou em mim, eu não defenderei os interesses de X* (cf. a máxima de quantidade de Grice). Ele subentenderia *eu não defenderei os interesses dos que votaram contra mim* e o final do discurso do prefeito, *mas* (eu defenderei os interesses) *também dos que votaram contra mim*, teria por função eliminar esse subentendido.

Mais precisamente, essa tradicional descrição por subentendido não é aqui aplicável porque prevê que a permuta, *eu defenderei os interesses dos que votaram contra mim, mas também dos que votaram em mim*, é tão banal quanto o propósito inicial do prefeito. De fato, o primeiro enunciado da permutação, *eu*

defenderei os interesses dos que votaram contra mim, é também semelhante a um condicional: *se X votou contra mim, eu defenderei os interesses de X*. Ele deveria, portanto, subentender sua condicional recíproca, a saber, *se X não votou contra mim, eu não defenderei os interesses de X*. Deveria subentender *Eu não defenderei os interesses dos que votaram em mim* e, assim, deveria ser óbvio, para eliminar esse subentendido, continuar com *mas* (eu defenderei os interesses) *também dos que votaram em mim*. Ora, esse não é o caso. Há, no discurso permutado, alguma coisa de paradoxal que a descrição tradicional de *mas* pelos subentendidos não dá conta.

Eu mantereí, então, a idéia de que certos empregos de *A mas B*, contrariamente talvez a *Ele é republicano, mas honesto*, não têm por função anular um subentendido de *A*. Contrariamente também a *O tempo está bom, mas estou cansado* (que teria como função dar menos importância ao discurso normativo *O tempo está bom portanto caminhar será agradável*, em benefício do discurso normativo *Estou cansado portanto caminhar será desagradável*), esses empregos de *A mas B* não têm como função comparar dois discursos **normativos**, *A donc r* e *B donc não r*. O que esses empregos de *mas* comparam (cf o discurso do prefeito) é um discurso **normativo** (*eles votaram em mim, portanto eu os defenderei*) e um discurso **transgressivo** (“eles votaram contra mim, mesmo assim eu os defenderei”). Portanto, e era este meu propósito, certos articuladores tomam em conta a argumentação

transgressiva, do mesmo modo que a argumentação normativa. Da mesma forma, vimos também que as relações entre sintagmas no interior de um enunciado podem ser regidas pelos dois tipos de argumentação, normativa e transgressiva. Um paralelo lingüístico profundo existe, portanto, entre esses dois tipos de argumentação.

Conclusão

Minha noção de argumentação nada tem a ver com aquela de inferência. Esta última, com efeito, repousa sobre uma idéia de passagem, ao fim da qual um enunciado (argumento) transmitiria sua veracidade a um novo enunciado (a conclusão). Minha noção de argumentação, ao contrário, supõe uma dependência de dois segmentos. Não há, para mim, num encadeamento argumentativo, qualquer progresso informativo. É um único ponto de vista que é desenvolvido, ou sob um ângulo normativo, ou sob um ângulo transgressivo. Do mesmo modo, a argumentação, no meu ponto de vista, nada tem a ver com nossa atividade psicológica, **se** nossa atividade psicológica é inferencial. Digo bem, **se** nossa atividade psicológica é inferencial. Mas qual é a natureza de nossa atividade psicológica? Realmente, eu não sei. A lingüística que eu desenvolvo procura ser estruturalista. Não suponho nada sobre o pensamento.

Notas

- ¹ ANSCOMBRE J.-C.; DUCROT O. Deux mais em français? *Língua*, 43, p. 23-40.
- ² DUCROT O.; VOGT C. A., De magis à mais: une hypothèse sémantique: *Revue de Linguistique Romane*, n. 171-172, t. 43, p. 317-341, 1979.
- ³ Saint Augustin, De Trinitate, livre X.
- ⁴ “Le Chêne et le Roseau”, La Fontaine.